

Irregularidades levam Paes a demitir comando do Previ-Rio

Dinheiro de aposentadorias é aplicado sem autorização em fundo ligado a restaurantes

A descoberta de uma operação irregular e de alto risco no mercado financeiro, usando R\$ 70 milhões do fundo destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões, levou o prefeito Eduardo Paes a exonerar o presidente do Instituto de Previdência (previ-Rio), Marcelo Carvalho Cordeiro, e o diretor financeiro Luciano Otávio Barbosa Filho. A maior parte dos recursos - R\$ 61 milhões - foi aplicada em títulos da Casual Dinning Participações SI A, uma empresa aberta há menos de um ano e com capital social de apenas R\$ 800. Alguns sócios do grupo são donos do restaurante Garcia & Rodrigues e ganharam a licitação da prefeitura para usar o espaço no Aterro onde hoje funciona o Porcão. O município está tentando, na Justiça, resgatar o dinheiro, aplicado sem o aval do conselho de administração do Previ-Rio. A Procuradoria Geral do Rio obteve liminar para que os recursos fiquem em depósito judicial.

Mais que imprevidência

Mais de R\$ 70 milhões destinados a pagamento de pensionistas são aplicados irregularmente

Luiz Ernesto Magalhães

A prefeitura está tentando reaver na Justiça mais de R\$ 70 milhões em recursos do Fundo de Previdência do Município (Funprevi), destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões de seus funcionários. Segundo o município, a verba foi aplicada irregularmente no mercado financeiro.

Deste total, R\$ 61,1 milhões foram destinados a uma única companhia, com menos de um ano de operação, que aplicou a verba em títulos. A prefeitura afirma que a negociação não foi analisada pelo conselho do Instituto de Previdência do Município (Previ-Rio) e que tradicionalmente não faz aplicações de alto risco.

O dinheiro está aplicado em um fundo gerenciado de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O município tentou reaver o dinheiro sem pagar uma multa de 35% sobre o valor aplicado, por não cumprir o prazo de carência de três anos para resgatar as aplicações.

Como o pedido não foi aceito, o impasse levou à suspensão das movimentações do fundo desde a segunda-feira, por falta de liquidez.

Prefeito instaura sindicância

Os responsáveis pelas operações consideradas irregulares pela prefeitura são o presidente do Previ-Rio, Marcelo Carvalho Cordeiro, e o diretor-financeiro do órgão, Luciano Otávio Barbosa Filho. Os dois foram exonerados no dia 15 de março pelo prefeito Eduardo Paes, após as operações terem sido descobertas. As transações que movimentaram o equivalente a 3,5% do patrimônio total do Funprevi foram informadas pela prefeitura na segunda-feira ao Ministério Público e à CVM. Uma sindicância também foi instaurada no início da semana por Paes para apurar a responsabilidade dos dirigentes do Previ-Rio. Ontem, os dois não foram localizados pelo GLOBO.

A Casual Dining Participações S.A., que negociou R\$ 61,1 milhões em títulos para a prefeitura do Rio, contestou a acusação. E também recorreu à Justiça afirmando que nenhuma irregularidade foi cometida.

No processo em tramitação na 9ª Vara de Fazenda Pública, a Procuradoria Geral do Município obteve uma liminar para que os recursos que foram aplicados sejam mantidos em depósito judicial. A liminar atendeu ao pedido da prefeitura para que as aplicações sejam transferidas para uma conta judicial. E, na hipótese de não haver os recursos em dinheiro, que as contas dos gestores do fundo sejam bloqueadas. Já a empresa tentou suspender os efeitos da liminar.

— O Previ-Rio tem um Conselho de Administração que se reúne periodicamente para tomar decisões estratégicas, incluindo onde investir suas reservas. As decisões são tomadas com base em recomendações de especialistas no mercado. Neste caso, ninguém foi ouvido previamente. Tradicionalmente, essas aplicações sempre foram feitas em títulos públicos confiados ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal (CEF) porque os riscos são reduzidos— diz o procurador geral do Município, Fernando Santos Dionísio.

Empresa diz seguir regras do mercado

O vice-presidente da Casual Dining, Raphael de Melo Távora Vargas Franco Netto, contesta a prefeitura.

Ele alega que as aplicações no fundo seguiram as regras do mercado: — A prefeitura é apenas uma das cotistas de um fundo altamente qualificado em que, para participar, é preciso entrar com pelo menos R\$ 1 milhão. As aplicações foram feitas pelos responsáveis legais do PreviRio. Nós chegamos a pedir ao município prazo de 90 dias para revender os títulos e reembolsar tudo o que o foi investido, sem qualquer perda.

Mas essa solução não foi aceita.

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., administradora do Aster Fundo de Investimento Referenciado, onde estão depositados os recursos da prefeitura, marcou uma assembleia de cotistas no próximo dia 13 para decidir o que fazer.

Entre as hipóteses estão manter o fundo para evitar prejuízos, trocar os gestores ou administradores ou ainda vender todos os papéis.

O procurador-geral acrescentou que a aplicação irregular foi descoberta ao serem publicados os balanços financeiros da Prev-Rio, no dia 24 de fevereiro, relativos as operações de janeiro. O então secretário da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho Teixeira, que deixou o cargo esta semana para disputar as eleições, estranhou que parte das aplicações estivessem em um banco privado. Ele comunicou o caso ao prefeito, que pediu explicações e exigiu o cancelamento da transação. Com o resgate era impossível sem que a prefeitura tivesse prejuízos com a operação, eles foram exonerados.

Através de sua assessoria, o prefeito disse que a escolha de Marcelo Cordeiro para o cargo seguiu critérios técnicos, baseados em sua atuação no mercado financeiro em São Paulo.

Já o diretor-financeiro foi uma escolha pessoal de Marcelo. O prefeito divulgou nota oficial na qual afirma que no governo dele “ todos os casos de suspeita de desvio de recursos, serão tratados desta maneira: com rigor e transparência na apuração, afastamento imediato dos envolvidos e comunicação dos fatos a todos os órgãos de controle interno, assim como ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Município e à imprensa”.

Apesar de a prefeitura afirmar que foi surpreendida, o mercado financeiro já tinha conhecimento dos planos do Previ-Rio com pelo menos um mês de antecedência. Em janeiro deste ano, a revista especializada Capital Aberto publicou um artigo sobre o

interesse dos administradores de fundo de pensão de funcionários públicos em aplicarem em investimentos de maior risco. Isso porque, em setembro do ano passado, a CVM havia fixado novas regras para investimentos.

Na reportagem, Marcelo Cordeiro informava o interesse do Funprevi em diversificar as operações para ter maior rentabilidade.

No mercado, as transações da prefeitura também foram consideradas muito estranhas por investidores experientes: — Aplicações exigem cautela para minimizar riscos. Qualquer gestor sabe disso. O que mais estranho é alguém confiar tanto dinheiro a um grupo ainda com pouca experiência, desconhecido do mercado — disse um veterano investidor ouvido pelo GLOBO.

Integrante da Comissão de Orçamento da Câmara, Andrea Gouvêa Vieira (PSDB) , disse que, na segunda-feira, começará a recolher assinaturas para a instalação de uma CPI para investigar as aplicações do Funprevi.

— Temos que saber quem indicou para o prefeito essa pessoa para administrar o Previ-Rio. E se o caso foi apenas uma operação desastrada ou se foi má-fé — disse.